



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO
PROTOCOLO GERAL
DATA 25/01/21 às 10:37 min.
Ass. _____

Maria Terezinha da S.
Auxiliar Legislativo/Administrativo
Matrícula: 338

DIRLEG-AL
Fls. 02
2r

MENSAGEM Nº 10.

À Publicação e posteriormente à
Comissão de Constituição, Justiça
e Redação.

Em 02/02/2021

Palmas, 21 de janeiro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **ANTÔNIO POINCARÉ ANDRADE FILHO**
Presidente da ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS
N E S T A

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, pelas razões a seguir expendidas, e consoante os termos do art. 29, inciso II, da Constituição do Estado, decido **vetar integralmente** o Autógrafo de Lei 107, de 16 de dezembro de 2020.

Trata-se de matéria que, de autoria parlamentar, busca instituir o Código de Defesa do Empreendedor, entre outras providências.

Não obstante o reconhecimento da relevância da matéria em tela, que objetiva o estímulo ao empreendedorismo e o aprimoramento do ambiente de negócios, esta acaba por apresentar uma série de medidas isoladas ou sobrepostas em relação ao que já está em prática, sendo que, inicialmente, a redundância seria prejudicial à consecução de suas próprias finalidades, motivo pelo qual, somado aos arrazoados na sequência, me compelem a apor veto integral à Proposição.

Cumpre destacar que a legislação pátria vigente já possui inúmeros mecanismos legais, principalmente de proteção e desburocratização, que objetivam fomentar o empreendedorismo, microempresários e pequenas empresas, dos quais posso citar:

- Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - Lei Geral da Micro e Pequena Empresa;

- Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007 - Cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM e estabelece normas gerais para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas;

- Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008 - Cria a figura do Microempreendedor Individual - MEI e modifica partes da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa - Lei Complementar 123/2006;

DIRLEG.
Origem: PRESIDÊNCIA
Destino: DIRLEG.
Finalidade:
☐ Manifestar-se
☐ Instruir na forma regulamentar
☐ Responder
☐ Arquivar
☒ Providências Cabíveis
☐ _____

Palmas/TO 25101/2021



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

modifica partes da - Lei Geral da Micro e Pequena Empresa - Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006;

- Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014 - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com simplificação de processos e procedimentos, impede o aumento de IPTU, cobranças de taxas diversas e normatiza o processo de cobranças de taxas associativas para o MEI, bem como modifica partes da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa - Lei Complementar 123/2006;

- Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016 - Altera a Lei Complementar nº 123/2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes pelo Simples Nacional; altera as Leis nº 9.613/98, 12.512/2011, e 7.998/90; e revoga dispositivo da Lei nº 8.212/91.

- Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012 - Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos;

- Decreto nº 9.927, de 22 de julho de 2019 - Dispõe sobre o Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM.

Ademais, são inúmeras as resoluções nacionais que objetivam dar maior facilidade aos empreendedores e microempresários, que, embora sob a égide do Direito Comercial e da Declaração de Direitos de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019), possuem vasta facilitação para sua criação, desenvolvimento e tributação, inobstante possuírem personalidade jurídica.

Desta feita, a eventual recepção do Código de Defesa do Empreendedor no ordenamento jurídico tocantinense incorreria em sobreposição de instrumentos normativos já existentes em âmbito nacional, como a sobredita Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, o que poderia dificultar sua operacionalização, comprometendo sua finalidade. Prescindível, portanto, a replicação de conteúdo norma já vigente.

Imperioso destacar que, sob a ótica constitucional, a Proposição incorre ainda em vício de iniciativa, imputando responsabilidades e obrigações ao Poder Executivo, bem como aos seus órgãos e entidades, a exemplo do teor constante dos artigos 5º ao 8º da matéria em análise. Tendo em vista que a Constituição do Estado do Tocantins dispõe que é de iniciativa privativa do Governador de Estado projeto de lei afeto a criação, estruturação e atribuição dos órgãos da administração pública estadual:

“Art. 27. (...)

§ 1º. São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que:



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

(...)

II - disponham sobre:

(...)

f) criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgão da administração pública.

(...)”.

No presente caso, a proposta legislativa suplanta o limite das competências, usurpando a prerrogativa típica do Governador do Estado, revestindo-se de inconstitucionalidade formal decorrente do vício de iniciativa.

Certo é que a legislação pátria existente já entende o empreendedorismo como uma forma simplificada de pessoa jurídica, imprescindível ao desenvolvimento econômico e que, por isso, possui forma simplificada de se estatuir e desenvolver.

Assim, em vista da fundamentação apresentada, nestes termos, não me resta alternativa senão apor **veto integral** ao Autógrafo de Lei 107, de 16 de dezembro de 2020.

Atenciosamente,

MAURO CARLESSE
Governador do Estado